



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - DIFEI**

Curso: Condomínios, Regularização Urbana e Direito de Laje: finalmente uma legislação urbana inclusiva?

Modalidade: Educação à distância - EaD

Período: 15 de janeiro a 08 de fevereiro de 2018

Carga Horária: 30 horas

Coordenação/Tutoria: Dra. Flávia Viveiros

PROGRAMA

Ambientação: 15/01

Programação:

Ambientação – 15/01

Unidade I – 16 a 22/01

Tema: Legitimação Fundiária na Lei 13.465/2017 - Re-Urb e Direito de Laje - reflexos na cidadania urbana

Carga horária: 10 horas

Conteúdo Programático: Legitimação Fundiária na Lei 13.465/2017: Re-Urb e Direito de Laje: reflexos na cidadania urbana;

Objetivos Específicos: sublinhar as mudanças trazidas pela Lei 13.465/2017 no que diz respeito à cidadania urbana; avaliar o Instrumento Jurídico constituído pelo Re-Urb; Aplicar o Direito de Laje; assinalar as controvérsias sobre o tema.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

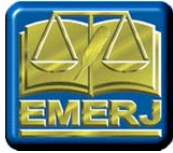
Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudos de Casos.

Bibliografia: Disponibilização dos textos da bibliografia indicada e de links com informações e notícias sobre os temas abordados na unidade.

AMARANTE, Fernanda Machado. O pluralismo jurídico e o direito de laje. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v. 8, n. 46, p. 38-59., fev./mar. 2013.

FERNANDES, Edesio. Desafios da regularização fundiária de assentamentos informais consolidados em áreas urbanas. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 9, n. 49, p. 34-38, jan. 2010.

IMPARATO, ELLADE A regularização fundiária e a sobreposição de títulos. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 6, n. 31, p.68-77, jan. 2007



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - DIFEI

LUFT, Rosangela M. Políticas públicas urbanas: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade. Fórum: Belo Horizonte, 2011;

Unidade II – 23 a 29/01

Tema: Condomínio. Noções introdutórias - Condomínio de lotes, o condomínio urbano simples e o loteamento de acesso controlado

Carga horária: 10 horas

Conteúdo Programático: Condomínio: introdução ao tema - Condomínio de lotes, o condomínio urbano simples e o loteamento de acesso controlado.

Objetivos Específicos: Validar as mudanças trazidas pela Lei 13.465/2017 no que diz respeito à regulação dos condomínios; Aplicar a legislação relativa a: condomínio de lotes, condomínio urbano simples, loteamento de acesso controlado. Explicar as controvérsias sobre o tema.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudos de Casos.

Bibliografia: Disponibilização dos textos da bibliografia indicada e de links com informações e notícias sobre os temas abordados na unidade.

GAETTI, Wanderli Acillo. Condomínio de lotes: viabilidade, benefícios e restrições. Revista de Direito Imobiliário. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil /Cont. de/RIRI, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 173-223., jan./jun. 2011.

KERN, Marinho Dembinski. A juridicidade dos condomínios de lotes. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 105, n. 972, p. 145-162, out. 2016.

PAIVA, João Pedro Lamana. Do condomínio horizontal de lotes: previsão legal e a realidade fática. Revista de Direito Imobiliário. Instituto de Registro Imobiliário do Brasil /Cont. de/RIRI, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 509-513., jan./jun. 2016.

Unidade III – 30/01 a 05/02

Tema: Limites ao Direito de Propriedade em Condomínios e na Cidade - Função Social da Propriedade Imobiliária; Função Social da Propriedade Condominial

Carga horária: 10 horas

Conteúdo Programático: Limites ao Direito de Propriedade em Condomínio e na Cidade: função social. Função Social da Propriedade Imobiliária. Função Social da Propriedade Condominial

Objetivos Específicos: Explicar o princípio da função social como critério de inclusão de pessoas tanto em relação ao direito de propriedade, quanto em referência ao condomínio edilício; Argumentar sobre a função social da propriedade imobiliária urbana, ponderando este direito fundamental com outros de estirpe constitucional;



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS - DIFEI

Argumentar sobre a função social da propriedade condominial urbana, ponderando este direito fundamental com outros de estirpe constitucional; Identificar comportamentos de condôminos que são tidos por abusivos e que, portanto, não são merecedores da proteção legal à propriedade condominial.

Metodologia: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (fatos reais do dia a dia, jurisprudência, questões complexas propostas para discussão).

Avaliação de aprendizagem: Questão Formativa apresentada ao final de cada unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudos de Casos.

Bibliografia: Disponibilização dos textos da bibliografia indicada e de links com informações e notícias sobre os temas abordados na unidade.

CHALHUB, Melhim Namem. Propriedade Imobiliária: função social e outros aspectos. Rio de Janeiro: Renovar, 2000;

COMPARATO, Fábio Konder Função Social dos Bens de Produção, Revista de Direito Mercantil, RDM 63/73;

COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e Deveres Fundamentais em Matéria de Propriedade IN <http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/5/55/Comparato.pdf>

Mateus, Eliane Função Social da Propriedade e a Proteção do bem ambiental cultural, RDA 49/101;

Avaliação de aprendizagem – 06 a 08/02